



COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE PETRÓLEO  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Ata da 21ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL  
DE PETRÓLEO – CT- PETRO**

Data: 21 de agosto de 2003

Horário: 10:00 às 13 horas

Local: Ministério da Ciência e Tecnologia - Brasília

**I – PRESENTES**

**I.1– Membros titulares e substitutos do Comitê Gestor**

- 1 – Francelino Lamy de Miranda Grando (Presidente) – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
- 2 – Maria das Graças Silva Foster (Titular) – Ministério de Minas e Energia – MME
- 3 – Sérgio Machado Rezende (Titular) - Financiadora de Estudos e Projetos – Finep
- 4 – José Roberto Leite (Titular) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
- 5 – Jailson Bittencourt de Andrade (Titular) – Comunidade Científica
- 6 – Osvaldo Vidal Trevisan (Titular) – Comunidade Científica
- 7 – Álvaro Alves Teixeira (Titular) – Setor Produtivo
- 8 – Ralph Lima Terra (Titular) – Setor Produtivo
- 9 – John Milne Albuquerque Forman (Titular) – Agência Nacional do Petróleo - ANP

**I.2 – Grupo de Apoio Técnico – GAT**

- 1 – João Valentim Bin (Coordenador) – MCT
- 2 – Rogério Amaury de Medeiros – Finep
- 3 – Felizardo Penalva da Silva – CNPq

**I.3 – Demais Presentes**

- 1 – Roberto Jaguaribe – MDIC
- 2 - Beto Ferreira Vasconcelos – MCT
- 3 – Cláudio Eduardo da Costa Júdice – MCT
- 4 - Nivaldo Sanches Tetti – Associação Brasileira de Indústrias de Base - ABDIB
- 5 – Raimar Van Den Bylaardt – ANP
- 6 – João José de N. Souto – MME
- 7 – Aldo Pinheiro da Fonseca – MCT
- 8 – Marlon José de Lima – CNPq
- 9 – Ivan Araripe P. Freitas – CNPq
- 10 – Carlos<sup>a</sup> P. Niederauer – CNPq
- 11 – Nivaldo B. Coelho – MCT

## **II – ANDAMENTO DA REUNIÃO**

### **II.1 – Abertura**

O Prof<sup>o</sup> Francelino Grando (Presidente do Comitê) abriu a reunião cumprimentando a todos externando a satisfação e privilégio de coordenar o Fundo Setorial de Petróleo e Gás. Teceu alguns comentários sobre as linhas gerais que estão sendo desenvolvidas dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia com ampla participação dos mais diversos setores, desde o setor produtivo à academia e, que usou os meses de abril e maio para gerar um relatório de sugestões para a condição geral dos fundos setoriais de maneira a que eles tivessem uma gestão coordenada e atendessem a objetivos convergentes, pois a implantação dos fundos setoriais nos últimos anos começando pelo petróleo, e sucedido por diversos outros (hoje um conjunto de 14 fundos), tiveram a sua atenção dedicada a uma implantação, o que pode se chamar de fase subjetiva, e hoje existe a responsabilidade de passar para a fase substantiva, ou seja, buscar fazer que com que esses mecanismos de fomento ao desenvolvimento tecnológico gerados no governo passado, possam então ter um aprimoramento. O Ministério com a sua atribuição e competência legal oferece subsídios para os diversos comitês que tem também suas competências, suas atribuições legais e sua autonomia para a disposição sobre os recursos e a escolha dos seus objetivos políticos institucionais.

Informou a todos sobre a criação do Grupo de Apoio Técnico (GAT), composto por técnicos do MCT, Finep e CNPq, coordenado pelo MCT. Disse que o GAT será responsável por todo o trabalho que resultará num conjunto de sugestões que serão trazidos ao Comitê Gestor, inclusive foi preparado um relatório com propostas de linhas de ação que já foram apresentadas e discutidas entre os presidentes dos comitês que se reuniram sistematicamente com o Secretário Executivos do MCT com o intuito de agregar as diversas informações e as diversas estratégias setoriais, para que, no âmbito da Secretaria Executiva, se tenha essa visão do conjunto. Esse relatório encontra-se nas pastas que foram distribuídas. Apresentou o Sr. Aldo Pinheiro (MCT) como o Assessor da Secretaria Executiva dedicado ao acompanhamento dos Fundos Setoriais. Agradeceu a presença do Sr. Roberto Jaguaribe (Secretário Nacional de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio) que veio a seu convite e, solicitou o consenso do Comitê para que esse convite fosse permanente no sentido de participação, com o intuito de interação lógica de um governo integrado e coeso entre o que é feito no âmbito CT-Petro e as ações que são feitas pelo MDIC, especialmente na Secretária de Tecnologia Industrial (STI).

Comentou sobre o papel muito relevante no âmbito da gestão do Ministro Roberto Amaral para as duas agências executoras (Finep e CNPq).

### **II.2 – Aprovação da Ata da 20ª Reunião**

A Ata não foi aprovada, ficando para leitura e análise dos Membros do Comitê para deliberação na próxima reunião.

### **II.3 – Apresentação/Debates**

O Sr. Rogério Medeiros (Finep) apresentou as ações desenvolvidas pelo CT-Petro desde a sua criação no ano 1999 até os dias de hoje no que tange as responsabilidades da Finep. Na seqüência, o Sr. José Roberto Leite (Representante do CNPq) solicitou ao Sr. Carlos Pitaluga (CNPq) para apresentar também as ações realizadas pelo CNPq, no âmbito do CT-Petro. Após as apresentações a palavra foi franqueada aos Membros do Comitê para comentários, questionamentos e esclarecimentos.

O Sr. Osvaldo Trevisan (Comunidade Científica) perguntou ao Sr. Rogério (Finep) quanto se está arrecadando de royalties, qual é a percentagem devida por lei e em quanto isso importa. O Sr. Sérgio Rezende (Finep) respondeu que os governos anteriores e que o atual estão na mesma linha, tem uma previsão de receita de um certo valor, há na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, uma determinação que o setor de ciência e tecnologia não pode ser contingenciado, então eles criaram a reserva de contingência, que é nominalmente diferente mas praticamente a mesma coisa. O resultado é que para 2003 a previsão de receita para todos os fundos era de R\$ 1,2 (um bilhão e duzentos milhões) entretanto o orçamento autorizado foi de R\$ 600 milhões. Para o próximo ano, a previsão total de receita dos fundos é de R\$ 1,4 bilhões e o Ministério do Planejamento autorizou o MCT a apresentar um orçamento igual ao de 2003, de modo que o CT-Petro deve ter uma arrecadação anual na ordem de R\$ 250 a 300 milhões e autorização para empenhar menos da metade disso e a diferença fica reservado é o que chamamos de “superavit primário”. Informou que existe hoje uma Desvinculação das Receitas da União - DRU no valor de 20%, mas que no caso dos Fundos Setoriais essa desvinculação é no valor de 50%. Informou também que, para o CT-Petro fora os recursos para pagamento de pessoal, existe R\$ 20 milhões para projetos. Por essa razão foi apresentado uma tabela sem valores, somente com sugestões de seis linhas de ação, sendo que estas sugestões foram discutidas em reunião envolvendo o Ministério de Ciência e Tecnologia e suas Agências, e o Ministério de Minas e Energia. Saliu ainda que, esses valores precisam ser deliberados nesta reunião para que haja tempo hábil de preparar e publicar os editais, fazer contratação e liberar recursos ainda em 2003. Informou que em 2002 foi executado R\$ 316 milhões, em 2003 temos autorização financeira para executar em torno de R\$ 500 milhões, foram executados por volta de R\$ 300 milhões. Portanto a execução financeira desse ano está 50% melhor que o ano passado..

O Sr. Ralph (Setor Produtivo) perguntou ao Sr. Sérgio (Finep), se existe a possibilidade desse estoque de recursos contingenciado serem gradativamente retomados por cada um dos Fundos Setoriais. O Sr. Sérgio (Finep) respondeu que neste ano a possibilidade é pequena, visto que ainda estão sendo pagos projetos anteriores. Falou também se for executado o que está previsto e autorizado, certamente será 50% a mais do que foi executado ano passado.

O Sr. Ralph (Setor Produtivo) salientou que umas das funções do CT-Petro é exercer sua força política das suas instituições e pressionar no bom sentido de que esses recursos tão logo resolvidos os motivos pelos quais o governo anterior e o governo atual acharam por bem contingenciar, sejam descontingenciados.

O Sr. John Forman (ANP) explicou que esse processo orçamentário da união se inicia pela proposta de Lei Orçamentária Anual - LOA, que está sendo encaminhada ao congresso agora. Normalmente ao encaminhar esse orçamento que vai ser apreciado pelo Congresso, o Planejamento já retira parte daquilo que está previsto como recurso. No final do governo passado foi encaminhado um projeto de Lei ao Congresso nº 7188 que pretendia reduzir efetivamente a 50% estes recursos. Há um substitutivo que não reduz, passou pela Comissão de Minas e Energia, Finanças e Infra-estrutura e agora está na Comissão de Constituição da Câmara. Então se há interesse em apoiar politicamente alguma coisa sugiro que seja dado apoio a este projeto. Outra observação de caráter geral é que a criação desses fundos no governo passado, foi realmente um fato extraordinário porque os administradores da Fazenda e Planejamento não vêm com bons olhos os fundos do tipo que foram criados.

O Sr. Osvaldo Trevisan (Comunidade Científica) informou que a notícia que a Finep trouxe não é muito animadora, pois no ano que vem será repetido o mesmo orçamento desse ano, que somente cobre por muitas vezes os projetos contratados. Este Fundo foi instalado e muito bem instalado até para suprir uma mudança de concepção de monopólio e todo desenvolvimento tecnológico baseado em cima de monopólio da Petrobrás sendo substituído pelo Estado assumindo este papel através de um Fundo que começou bem com a universidade e os centros de pesquisa participando de uma forma intensa e agora há dois anos cai num processo que parece se repetir a estória de todas as instituições passadas no Brasil, quando se instala algum processo interessante.

O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) disse compartilhar com todas as manifestações, porém acha que

os esforços devam ser com a regulamentação do FNDCT. Quanto ao contingenciamento é uma questão complexa, a tendência não é boa, cria-se novos impostos para fins específicos depois os fins específicos são esquecidos e os impostos permanecem e incorporam-se nos gastos gerais.

O Sr. Álvaro Teixeira (Setor Produtivo) comentou que o IBP partilha dessa preocupação e está à disposição para apoiar qualquer iniciativa. Ele solicitou maiores esclarecimentos quanto a questão do CT-Petro estar alocado no FNDCT. O Sr. Sérgio (Finep) explicou que quando os fundos setoriais foram criados e o CT-Petro foi o primeiro, o MCT percebeu que dificilmente ele sobreviveria se não fosse alocado a um fundo existente, no caso era o FNDCT. O FNDCT existia desde 1971 mas com a constituição, nunca foi regulamentado. Atualmente falta pouco para ele ser aprovado e sancionado.

O Sr. Ralph (Setor Produtivo) perguntou ao Prof<sup>o</sup> Grando se não seria esta uma questão prioritária no sentido de concentrar esforços de todas as instituições e acelerar o processo de regulamentação do FNDCT, de modo que os fundos setoriais adquiririam uma “blindagem contra as questões de contingenciamento”.

A Sr. Maria das Graças (MME) por questões de agenda chegou nesse momento da reunião. O Prof<sup>o</sup> Grando (Presidente) fez um breve resumo da reunião até aquele momento para que a Sra. Maria das Graças (MME) pudesse se situar.

O Prof<sup>o</sup> Grando (Presidente) comentou sobre um diálogo entre o Ministro Roberto Amaral e o Sr. Ênio Candoti (SBPC), quando o mesmo colocou a SBPC à disposição para somar esforços a luta em defesa dos fundos setoriais.

O Sr. Jonh Forman (ANP) informou sobre o contexto da indústria de petróleo que participação do PIB de 2.7% para 6%, ou seja, em um país com todas as dificuldades esse setor industrial tem tido uma atuação excepcional. Informou ainda que, tem sido excepcional também os resultados em descobertas de novas reservas e o aumento de produção, que tem como consequência direta e imediata o aumento dos royalties, o que tem como consequência imediata o aumento dos valores que deveriam ser alocados ao CT-Petro. Afirmou ainda que , dentro desse contexto têm-se justificativa para tentar descontingenciar os recursos, pelo menos do CT-Petro.

#### **II.4 – Orçamento**

O Prof. Francelino Grando (Presidente) relatou que seria importante aprovar de maneira emergencial a aplicação de recursos e, que sugestões sobre novas linhas seriam bem-vindas, e se possível pudessem ser deliberadas nessa reunião. Em relação ao orçamento de 2004, deveríamos deliberar nos próximos 60 dias para elaboração do plano de trabalho que vigorará a partir de 2004.

O Sr. Jailson (Comunidade Científica) mencionou da necessidade de trabalhar olhando para o futuro, mas preferia debater nas próximas reuniões os investimentos para os próximos anos. Mencionou da necessidade de avaliar as ações do passado de modo a validar o uso dos atuais instrumentos. Mencionou a importância de não comprometer mais do que R\$ 20 milhões do ano de 2004 nessa reunião.

O Sr. Rogério (Finep) mencionou que em 2002 não houve novas ações e que para 2004 está comprometido cerca de \$ 5milhões.

#### **Ação 1 – Apoio à Pesquisa Básica em áreas com potencial aplicação no setor de petróleo e gás natural.**

O Sr. José Roberto Leite (CNPq) elogiou a atitude do Comitê Gestor quando colocou em andamento um Programa de Mestrado e Doutorado, visando à formação de recursos humanos. Informou que o CNPq acabou de concluir o Edital chamado “UNIVERSAL” aberto a todos os

grupos de pesquisa do país, de maneira livre, para que possam realizar a contento sua pesquisa nas universidades e nos institutos de pesquisa. Nesse edital estava previsto 30 milhões para distribuição e houve uma demanda de mais de R\$ 300 milhões, ressaltando que, em sua grande maioria, os projetos detinham grande mérito. Mencionou a importância de incentivar o uso de materiais especiais e da nanotecnologia na área de petróleo e gás. A proposta é que seja lançado um Edital sendo proposto o montante de R\$ 6 milhões para 2003 com reflexo de R\$ 6 milhões para 2004.

### **Ação 2 – Apoio às empresas da cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural (parceria universidade-empresa)**

O Sr. Rogério (Finep) explicou como funciona essa linha de ação. Mencionou que esse modelo de funcionamento possibilitou a alavancagem de recursos de contrapartida financeira das empresas e que esse instrumento está razoavelmente consolidado. Informou que, quando as contrapartidas chegam a 50% as empresas passam a não mais se interessar por esse instrumento. Desta forma, achamos que a contrapartida deva ser entre 20% e 50% de acordo com o porte as empresas.

A Sra. Maria das Graças (MME) mencionou que, gostaria houvesse flexibilidade na formulação dos editais e que no final da reunião apresentaria uma proposta para tanto. Relatou ainda da necessidade urgente de desenhar um trabalho para a próxima semana de forma a mapear a demanda de inúmeros grupos de pesquisadores que procuram o MME através da Secretaria do Gás Natural.

### **Ação 3 – Apoio complementar às Redes Cooperativas de Pesquisa, Inovação e Transferência de Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural (N/NE)**

A Sra. Maria das Graças (MME) comentou que tem uma grande preocupação com relação a manutenção das Redes Cooperativas no Norte e Nordeste, pois essas regiões são prioridades no atual governo. O Sr. Jailson Bittencourt (Comunidade Científica) concorda com a colocação da Sra. Maria das Graças (MME) em relação a necessidade de manutenção do funcionamento das redes em funcionamento, mas preferia dar apoio a formação de novas redes.

O Sr. Rogério (Finep) complementou relatando a dificuldade de colocar em operação as Redes Cooperativas de pesquisa mas que no momento começam a dar os primeiros passos.

### **Ação 4 – Apoio a novas empresas de base tecnológica através de incubadoras de empresas (Forum Brasil de Inovação)**

O Sr. Rogério (Finep) relatou que essa ação é a repetição do Forum nacional de inovação que fornece suporte a novos empreendimentos com base tecnológica saindo da bancada para a pré-incubação, incubação, transferência de tecnologia e graduação de empresas em incubadoras de empresas de base tecnológica. Apesar do recurso ser pequeno apresenta grandes resultados.

### **Ação 5 – Apoio às ações da Rede Brasil de Tecnologia relativas à cadeia produtiva de petróleo e gás natural (Decreto nº 4.776, de 10/07/2003)**

O Profº Grando (Presidente) informou que esta ação é objeto de um Decreto e desta forma é um programa estratégico do MCT através do Ministro Roberto Amaral. O Programa Rede Brasil de Tecnologia é uma articulação especializada de um conjunto de atribuições e esforços do MCT e tem parceria com MDIC e com entidades representativas tais como: SEBRAE, CNI e IET. O Sr. Marcelo Lopes (MCT) é o Secretário Executivo designado pelo Ministro para a Secretaria Executiva da RBT. Caso o Comitê, sinta necessidade, o Sr. Marcelo (MCT) poderá fazer uma apresentação da RBT para os membros desse Comitê.

O Sr. Osvaldo Trevisan (Comunidade Científica) disse não entender o destaque que está sendo dado ao Programa Rede Brasil de Tecnologia, haja vistas que existem outras redes, como exemplo Rede Gás, Rede Petro etc. O Profº Grando (Presidente) respondeu dizendo que a proposição do Ministério é fazer um consenso com o MME. Esclareceu que, a RBT não trabalha

exclusivamente na cadeia produtiva de petróleo e gás, mas também em outros setores tais como Energia, Aeronáutico, etc, inclusive a RBT está pleiteando recursos em diversos fundos setoriais. A Sra. Maria das Graças (MME) informou que a Petrobrás e o MMME estão assinando um termo de cooperação junto com a RBT através do MCT para alguns assuntos específicos tais como o desenvolvimento de fornecedoras da indústria nacional.

O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) explicou que esta rede é diferente das demais porque é formada para subsidiar a política específica setorial de cada uma dessas áreas de capacitação tecnológica industrial. A preocupação é que isso não se transformasse num esforço isolado: precisa ser articulado dentro das políticas existentes.

#### **Ação 6 – Apoio a Estudos e Eventos do Setor de Petróleo e Gás Natural**

O Sr. Rogerio (Finep) mencionou que a Finep e CNPq têm uma carteira de eventos e isto é feito de forma de fluxo contínuo. Relatou que a Finep já aprovou para este ano, cerca de R\$ 250 mil reais para eventos e ainda tem uma carteira de R\$ 300 mil até o final do ano que é quando acontecem vários eventos científicos. Adicionalmente sempre deixa uma e uma reserva técnica para eventualidades.

O Sr. José Roberto (CNPq) relatou que, no CNPq até recentemente, os eventos eram feitos sob a forma de fluxo contínuo. Os eventos eram aprovados e, se houvesse recursos e mérito, eles eram financiados. Agora o CNPq está trabalhando com editais.

#### **II-5 Considerações**

O Profº Grando (Presidente) franqueou a palavra aos Membros do Comitê e os convidados para manifestação.

O Sr. Osvaldo Trevisan (Comunidade Científica), comentou sobre a experiência passada nas questões de operacionalização que acaba tendo algum reflexo no atual modelo utilizado pelo CNPq e Finep, principalmente pelo fato do conhecimento do setor de gás e petróleo ser restrito e bastante concentrado. Em relação ao CNPq, informou que tem solicitado ao CNPq que fosse criado um Comitê Assessor para melhor tratar a questão. Informa que reitera o pedido nessa reunião do Comitê.

O Sr. Roberto Leite (CNPq) solicitou que os membros do Comitê Gestor assessore o CNPq na formação desses Comitês de Assessoramento ao CNPq para análise de projetos. O Sr. John Forman (ANP) ressaltou a importância do Comitê de Assessoramento ao CNPq para análise de projetos bem como a sua preocupação com a continuidade de investimentos nos centros já formados de modo a que haja uma consolidação dos mesmos. Externou o desejo que tais centros pudessem encampar a atividade de incubação de empresas. Manifestou a preocupação com dois pontos: em primeiro lugar, em relação com o lado humano, pois não tem visto isto nas linhas de ação definidas pelos Comitês e nem nos projetos propostos pelas instituições. Em segundo lugar, com a formação de recursos humanos adequados ao mercado

O Prof. Grando (Presidente) mencionou que os Presidentes dos Comitês estão propondo um destaque específico para a reengenharia dos cursos de engenharia e que esse assunto entraria no planejamento do CT-Petro sob forma de um plano estruturante para 2004.

O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) relatou que todas as linhas de ação apresentadas são importantes, principalmente a linha de ação 2 (Apoio às empresas da cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural) principalmente pela vinculação com o MDIC, mas lamentavelmente não contempla o preenchimento de lacunas relevantes da produção no Brasil. Propôs que deveria haver linhas para o apoio à incubação de empresas existentes (que não tenham vocação de inovação, mas que tenham o potencial de inovação) de modo a fazer a reengenharia capacitando as empresas para a inovação. Manifestou a preocupação que a Rede Brasil de Tecnologia se transforme num novo enfoque de política, em vez de ser apenas um instrumental de política.

O Sr. Alvaro Teixeira (Setor Produtivo) ressaltou a importância da linha de ação 2 (Apoio às empresas da cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural) e que esse tipo de linha de ação deve ser prioritário, pois nunca encarou que o CT-Petro como instrumento para pesquisa básica. Com relação as Redes Cooperativas, defendeu muito a criação dessa rede cooperativa no nordeste. Manifestou o desconhecimento em relação a exata função e modo de operação da Rede Brasil de Tecnologia

O Profº Grando (Presidente) terminando as considerações por partes dos membros do Comitê salientou a importância desse debate de modo a chegar em decisões consensuais.

A Sra. Maria das Graças (MME) sugeriu a criação de um grupo de trabalho para trabalhar junto ao MCT, e suas agências, para analisar os editais e as cartas convites dando um foco para o mercado para que o Comitê tenha segurança no processo. O Sr. Ralph (Setor Produtivo) apoiando a sugestão da Sra. Maria das Graças (MME) solicitou que, se o Comitê criasse o grupo de trabalho, indicaria a ABDIB para participação.

O Sr. José Roberto (CNPq) relatou da dificuldade do CNPq neste ano devido a grande quantidade de editais e os procedimentos de julgamento necessário bem como o de liberação de recursos ainda neste ano. Dessa forma, para esse ficaria ainda inviável o uso de alguns procedimentos sugeridos.

O Profº Grando (Presidente) propôs que a sugestão e a metodologia da Sra. Maria das Graças (MME) fosse debatida na próxima reunião.

### **III – DELIBERAÇÕES**

#### **III.1 – Aplicações de recursos**

Não foi deliberada a aplicação de recursos na reunião.

#### **III.2 – Itens para a próxima reunião**

- Apreciação da ata da 20ª reunião
- Apresentação sobre a Rede Brasil de Tecnologia
- Deliberação sobre o plano de investimento de 2003

### **IV – ASSINATURAS**

---

Francelino Lamy de Miranda Grando  
Presidente do Comitê Gestor

---

Maria das Graças Silva Goster  
Representante do MME

---

Sérgio Machado Rezende  
Representante da Finep

---

José Roberto Leite  
Representante do CNPq

---

John Milne Albuquerque Forman  
Representante da ANP

---

Jailson Bittencourt de Andrade  
Representante da Comunidade Científica

---

Osvair Vidal Trevisan  
Representante de Comunidade Científica

---

Álvaro Alves Teixeira  
Representante do Setor Produtivo

---

Ralph Lima Terra  
Representante do Setor Produtivo